

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
ESCOLA DE SAÚDE - ESUFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – SEDIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE PRECEPTORIA EM SAÚDE

**GRUPOS DE TRABALHO COM PRECEPTORES EM SERVIÇO DE SAÚDE PARA
ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DOS PLANOS DE CURSO ABRANGENDO AS
ATIVIDADES DOS DISCENTES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO
WANDERLEY/UFPB**

THAÍS DE ALMEIDA DA SILVA

JOÃO PESSOA/PB

2020

THAÍS DE ALMEIDA DA SILVA

**GRUPOS DE TRABALHO COM PRECEPTORES EM SERVIÇO DE SAÚDE PARA
ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DOS PLANOS DE CURSO ABRANGENDO AS
ATIVIDADES DOS DISCENTES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO
WANDERLEY/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização de Preceptoría em
Saúde, como requisito final para obtenção do
título de Especialista em Preceptoría em Saúde.
Orientador(a): Prof . Drº Aldair Paiva

JOÃO PESSOA/PB

2020

RESUMO

Introdução: No âmbito dos Hospitais Universitários, os profissionais da saúde recebem constantemente estudantes de diversos níveis de ensino. Condição que requer um preparo destes profissionais e maior envolvimento destes com os objetivos de aprendizagem de cada área/curso. **Objetivo:** Instituir grupos de trabalho com preceptores para elaboração e discussão dos planos de curso abrangendo as atividades dos discentes no HULW/UFPB. **Metodologia:** Projeto de intervenção do tipo plano de preceptoria. **Considerações finais:** Envolver os profissionais na elaboração dos projetos pedagógicos fará com estes sintam-se corresponsáveis pelo processo de ensino e tornem-se mais motivados a aplicar algo do qual participaram em sua construção.

Palavras-Chave: Preceptoria, Profissionais de Saúde, Ensino.

PLANO DE PRECEPTORIA (PP)

1 INTRODUÇÃO

As atividades de ensino (teórico/práticas) são inerentes aos Hospitais Universitários do SUS em todo o país, sendo estes denominados hospitais-escola, os quais preenchem uma série de requisitos para desempenhar tais ações.

Recebendo estudantes/alunos das mais diversas áreas da saúde, em diferentes níveis de formação: cursos técnicos, graduação, especialização e residências uni e multiprofissionais, tais instituições necessitam, requerem dos profissionais o desenvolvimento das funções de ensino/preceptor. Embora nem sempre os trabalhadores dos Hospitais escola tenham obtido formação específica para desenvolver tal prática, o fato de atuar em uma instituição de ensino demanda a participação destes nesta vertente inerente ao serviço de saúde com formação da força de trabalho do SUS.

A grande maioria dos profissionais que hoje atuam em Hospitais escola do SUS teve sua formação neste cenário. No entanto, não estão contemplados nos diversos currículos acadêmicos a instrução a fim de prepará-los para desempenhar a função de preceptor. Cabendo aos mesmos, buscarem de forma espontânea, a formação nesta área, a partir do momento que sentem a necessidade de aprender a “ensinar” no contexto assistencial.

Além desta problemática, muitos profissionais estão imersos na atividade de preceptor em seus ambientes assistenciais, recebendo alunos, sem conhecer os objetivos dos cursos, métodos de ensino e formas de avaliação do estudante atrelados a cada curso. Estando estes listados nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Planos de Curso de cada área.

Neste sentido, seria interessante uma maior articulação e trabalho mútuo entre as instituições/departamentos de ensino e profissionais que atuam nos diversos cenários das atividades práticas com a finalidade de debater e construir juntos as propostas dos Projetos pedagógicos dos cursos de formação em saúde que contemplam a prática hospitalar.

Fato que pode estimular e capacitar melhor aqueles que receberão em seus locais de atuação assistencial os futuros profissionais/ força de trabalho do SUS. Poderão contribuir através de suas experiências prévias, sendo os mais indicados para descrever melhor o cenário prático (com suas limitações e potencialidades) pois atuam diariamente nestes ambientes.

Considerando que o PPP é um processo dinâmico, em constante construção, desenvolvido de forma coletiva, é um dos meios de viabilizar o ensino democrático e autônomo para todos, com qualidade educacional (BNCC BRASIL, 2016). Tendo como princípios traçar

o objetivo do curso, seu perfil, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo discente, organizando a estrutura curricular segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ministério da Educação (MEC) (ANASTASIOU e ALVES; 2003).

O Plano de Curso é um instrumento de trabalho cujo objetivo é referenciar os conteúdos, as metodologias, os procedimentos e as técnicas a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem relativas às instituições de ensino. Englobando todas as instâncias da educação, do ensino fundamental e médio até instituições de ensino superior e cursos técnicos (LIBÂNEO;1995).

Para elaborá-lo se faz necessário a presença de um grupo pedagógico da unidade de ensino e dos demais atores docentes envolvidos no processo, atendendo à característica interdisciplinar e contextualizada estabelecida pelas DCNs. Sua finalidade é orientar o docente/preceptor no decorrer das atividades educativas, sequenciando os conteúdos primordiais, os eventos educacionais, os materiais a serem utilizados, os artifícios avaliativos, entre outros (MARTINS, 1995).

Podemos assim referir que o PPP tem uma maior abrangência no que tange a estrutura curricular de cada curso, enquanto o Plano de Curso irá nortear de forma prática a atuação do docente no seu dia a dia.

Desta forma, entende-se que envolver os preceptores em serviço de saúde na construção e conhecimento desses documentos através de pequenos grupos de trabalho, aproximará as duas equipes de profissionais envolvidos com a aprendizagem dos estudantes, bem como tornará a prática do preceptor mais clara, concisa e coerente com os objetivos de ensino aprendizagem propostos pelas instituições educacionais.

Diante do exposto, levanta-se o seguinte questionamento: “Envolver os preceptores, por meio de grupos de trabalho, na elaboração e compreensão dos planos de curso da graduação e residências aumenta a capacidade destes em compartilhar conhecimento com os seus discentes?”

2 OBJETIVO

Instituir grupos de trabalho com preceptores em serviço de saúde para elaboração e discussão dos planos de curso abrangendo as atividades dos discentes no Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um projeto de intervenção, do tipo plano de preceptoria.

3.2 LOCAL DO ESTUDO / PÚBLICO-ALVO / EQUIPE EXECUTORA

O estudo será desenvolvido no Hospital Universitário Lauro Wanderley, hospital-escola vinculado a Universidade Federal da Paraíba/UFPB, e integrante da rede de hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Sua missão compreende prestar assistência integral, ética e humanizada à comunidade, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, como campo de prática, vislumbra à excelência da formação de profissionais de saúde e de outras áreas do conhecimento.

A intervenção visa alcançar os profissionais de saúde da UTI Pediátrica envolvidos com a preceptoria dos cursos de graduação e dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde que tem este setor como cenário de prática.

3.3 ELEMENTOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Serão instituídos pequenos grupos de trabalho, envolvendo os profissionais/preceptores em serviço do HULW, docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dos diversos cursos de graduação que utilizam o Hospital Universitário como campo de aulas práticas, bem como os profissionais responsáveis pela coordenação dos programas de residência em saúde.

Os encontros devem ocorrer 01 mês antes de cada semestre letivo com duração de 10 horas, divididos em 02 momentos, nas salas de aula do HULW, com no mínimo 05 e no máximo 10 profissionais, com o objetivo de construir, reformular e apresentar os Planos de curso aos atores envolvidos no processo de ensinagem do HULW.

3.4 FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES

Como pontos de fragilidade podemos destacar a dificuldade em encaixar os horários disponíveis de todos os atores envolvidos em cada grupo, tendo em vista suas diversas atividades e carga horária de trabalho no seu campo de atuação. Outra situação que pode dificultar, mas não impede o desenvolvimento da atividade é a formação prévia limitada no que se refere ao ensino.

De outro modo, este será um momento oportuno para que sejam sanadas todas as dúvidas no que se refere ao que cada centro de formação espera dos preceptores e o como o preceptor pode e deve conduzir o processo de ensino, englobando inclusive os meios de avaliar as habilidades e competências de cada estudante no ambiente da prática hospitalar. Neste momento, cada preceptor pode expor de forma mais clara quais são os pontos fortes e as limitações de seu cenário de atuação, uma vez que este mais do que ninguém conhece o seu ambiente de trabalho, podendo assim, fazer ajustes ao plano de curso prático.

3.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Ao final de cada semestre, os grupos voltarão a se reunir para apresentar relatórios e portfólios do que vivenciaram ao longo do período letivo e apontar a suas experiências, pontos positivos e negativos e discutir entre si se o que foi planejado no início de cada semestre foi alcançado ou não.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação de tal atividade junto aos preceptores/profissionais em serviço do HULW permitirá um maior esclarecimento acerca do que se pretende alcançar nas atividades práticas junto aos alunos e residentes, uma vez que as metas, objetivos e critérios de avaliação são abordados no plano de curso. Uma vez que se envolve tais profissionais na sua elaboração, estes sentem-se corresponsáveis pelo processo de ensino e tornam-se mais motivados a aplicar algo do qual participaram em sua construção.

Por fim, o trabalho torna-se mais prazeroso, tanto para os preceptores quanto para os estudantes. Culminando com a melhoria da qualidade da assistência para a população como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, L.; ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em sala**. Joinville: Univille, 2003.

BNCC BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: Jul.2020

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). **Repensando a Didática**. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARTINS, P. L. O. Conteúdos escolares: a quem compete a seleção e organização? In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Repensando a Didática**. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.